A DENÚNCIA GENÉRICA E A RESPONSABILIDADE PENAL DOS ADMINISTRADORES EM DELITOS ECONÔMICOS¹

Eric Felipe Sabadini NAKAHARA²

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, foi possível notar um fenômeno de expansão do Direito Penal na legislação brasileira. Diversas hipóteses foram levantadas pela doutrina para explicá-lo, entretanto, a que mais se sustenta é a definida pelo sociólogo Ulrich Beck como “sociedade de risco”³, que se caracteriza pelo surgimento de novos riscos na forma de organização da sociedade contemporânea.

O mundo deixa de ter o indivíduo como foco diante das transformações e evoluções das técnicas capitalistas que vão além das fronteiras, fazendo com que o indivíduo passe a pertencer a uma

¹ Resumo apresentado no I Simpósio de Ciências Criminais (2019) da Faculdade de Direito de Franca (FDF), Franca/SP.

² Graduando em Direito pela Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – UNESP Franca. Email: ericssabadini@gmail.com.

³ BECK, Ulrich. *Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade*. São Paulo: Ed. 34, 2011. p. 35.

sociedade global⁴. Neste novo cenário, toda economia nacional integra um contexto global, com fronteiras líquidas e mercados com velocidades vertiginosas. Além disso, o atual formato organizacional das corporações e a complexidade de suas atividades dificultam as tentativas de controle e prevenção por parte do Estado, cabendo ao direito um controle limitado sobre estes poderosos atores.

Jesús-María Silva Sánchez complementa tal contextualização. Acredita o autor que houve o surgimento de novos interesses com o desenvolvimento da sociedade. A escassez fez com que realidades tradicionalmente abundantes, que hoje se encontram em processo gradual de deterioração, ganhassem relevância no cenário social, como por exemplo, o meio ambiente e o patrimônio histórico.⁵

Diante esse contexto, a organização da sociedade globalizada fez com que surgisse uma nova criminalidade, impulsionada pela antecipação da tutela penal e marcada pelo deslocamento de um foco em bens jurídicos individuais ou pessoais para bens jurídicos supraindividuais ou coletivos. Outra razão pela qual observamos um fenômeno de expansão do Direito Penal sobre a atividade econômica e empresarial é o fato de que os delitos econômicos, dotados de alta complexidade, não afetam apenas a economia de um país específico, mas possuem capacidade para alcançar impacto internacional.⁶ Percebe-se que por conta dessas transformações, a lei penal passa a ser empreendida como um instituto com objetivo prioritário de propiciar segurança aos negócios, sendo caracterizado por inconsistências, lacunas e vícios de formação legislativa.⁷

A criminalidade da globalização tem como principal característica sua alta organização, já que se configura como coletivos de pessoas estruturadas hierarquicamente, tanto na forma de empresas ou na forma de organização criminosa. Isto tem como consequência a dissociação entre execução material do delito e responsabilidade, já que estes aparecem em regra geral separados, tanto no espaço quanto no

⁴ BECK, Ulrich. *O que é globalização? Equívocos do globalismo, respostas à globalização*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1999. p. 29.

⁵ SILVA SÁNCHEZ, Jesús-María. *A expansão do Direito Penal. Aspectos da política criminal nas sociedades pós-industriais*. 3ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais. 2013. p. 33.

⁶ SILVEIRA, Renato de Mello Jorge; SAAD-DINIZ, Eduardo. *Compliance, Direito Penal e lei anticorrupção*. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2015. p. 32.

⁷ SILVEIRA, Renato de Mello Jorge; SAAD-DINIZ, Eduardo. *op. cit.* p. 42-43.

tempo, da ação dos sujeitos que de fato são relevantes no plano jurídico delitivo.⁸

A expansão do direito penal no cenário econômico, impulsionado pela globalização, traz algumas consequências graves. A mais relevante seria o fato de que o Direito Penal da era da globalização econômica caminha na trilha de um direito cada vez mais unificado, menos garantista, onde se flexibilizam regras de imputação e se relativizam garantias político-criminais processuais, principalmente por conta da lógica econômica aplicada atualmente ao Direito penal.⁹

Além de estarmos em um contexto jurídico-penal onde a tendência é ser cada vez menos garantista para atender a lógica mercadológica, os crimes econômicos têm como característica sua extrema dificuldade na identificação da autoria. Isso ocorre por conta do anonimato de seus integrantes e pelo fato do processo de tomada de decisões ser feito de forma pulverizada. Portanto, a complexidade da organização empresarial e suas formas de estruturação horizontal (divisão de função e tarefas) e vertical (regras de hierarquia) dificultam a responsabilização de pessoas físicas em crimes empresariais.¹⁰

Como forma de buscar alternativas mais eficazes de imputação de responsabilidade penal aos administradores em delitos econômicos executados por meio de organização empresarial vem sendo adotada, dentre as alternativas, o uso de denúncias genéricas, ou seja, aquelas que não individualizam as condutas de cada um dos autores, coautores e partícipes do delito. Sendo assim, o objetivo deste trabalho é demonstrar que adotar e permitir tal formato de peça acusatória permite ações penais sem justa causa e trazem à tona a responsabilidade penal objetiva, violando de forma literal o Código de Processo Penal, tratados internacionais e a Constituição Federal.

⁸ SILVA SÁNCHEZ, Jesús-Maria. *op. cit.* p. 104.

⁹ SILVEIRA, Renato de Mello Jorge; SAAD-DINIZ, Eduardo. *op. cit.* p. 35

¹⁰ DE GRANDIS, Rodrigo. A responsabilidade penal dos dirigentes nos delitos empresariais. In: Inovações no direito penal econômico: contribuições criminológicas, político-criminais e dogmáticas / Organizador: Artur de Brito Gueiros Souza – Brasília : Escola Superior do Ministério Público da União, 2011.

2 METODOLOGIA

De início, a técnica utilizada foi a de pesquisa bibliográfica, de modo a compreender a literatura relacionada aos requisitos processuais da denúncia, previstos no art. 41 do Código de Processo Penal, e em relação a utilização de denúncias genéricas no direito brasileiro, bem como à estrutura dogmática penal econômica do ordenamento jurídico brasileiro acerca da responsabilidade de dirigentes no âmbito de organizações empresariais. Vale pontuar que se recorreu à bibliografia tanto nacional quanto estrangeira, de modo que sejam abarcadas as principais questões relativas ao tema. Também foi feita uma análise jurisprudencial no que tange em compreender o entendimento do Judiciário brasileiro acerca do tema. Ainda a respeito da jurisprudência, foi utilizada de uma forma sistemática, não apenas para exemplificar ideias ou respaldar argumentos utilizados, acompanhado, quando necessário de um viés crítico.

Em um primeiro momento, foi utilizado o método dialético para à análise bibliográfica, conceituação e discussão do tema trazido. Posteriormente, após conceituação e análise dos principais pontos abordados, foi utilizado o método dedutivo, ou seja, se extirpou uma ideia com base em outras anteriores. Dessa forma, uma vez aceitas as premissas, a verossimilhança da ideia principal foi demonstrada.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foi possível identificar, por meio deste estudo, que a denúncia genérica viola o princípio do devido processo legal, visto que fulmina os princípios da presunção de inocência, ampla defesa e contraditório. A presunção de inocência é afetada pois a denúncia genérica inverte o ônus da prova, cabendo ao acusado demonstrar que não praticou o crime e não o contrário, como previsto nas normas processuais penais. A ampla defesa é afetada na medida em que uma acusação genérica só permite uma defesa genérica. O contraditório é prejudicado na medida em que uma acusação genérica impede o acusado de exercer de forma completa seu direito de se defender.

Além disso, a denúncia genérica viola a literalidade do art. 41 do Código de Processo Penal, já que este dispositivo exige como pressuposto de validade da peça acusatória a exposição do fato criminoso

com todas as circunstâncias, dentre elas, a forma na qual os acusados agiram, individualmente, para a consumação do delito.

A jurisprudência examinada demonstrou uma evolução em relação à não aceitação de denúncias genéricas. O STJ¹¹ caminha para o entendimento majoritário de se exigir a conduta de cada indivíduo, ainda que não de forma detalhada, principalmente em relação a crimes tributários (Informativo Jurisprudencial nº. 543). Já o STF¹², que se posicionava completamente contrário às peças acusatórias genéricas, passou a ser mais flexível, admitindo denúncias que não pormenorizadas.

Por fim, a posição de um indivíduo dentro de um organograma empresarial não pode ser elemento indiciário, por si só, para a deflagração de uma ação penal, seja essa posição de administrador ou não. É carente de justa causa, portanto, a denúncia elaborada por suposta prática de crime econômico em face do administrador apenas pela sua posição hierárquica na estrutura empresarial.

Logo, a denúncia genérica nos delitos empresariais adere a teoria da responsabilidade penal objetiva, já que o simples fato de ser sócio, acionista ou administrado de uma empresa não pode ser considerado como causa para sua persecução penal. Quando se trata de crime societário, a denúncia não pode ser genérica. Ela deve estabelecer o vínculo do administrador ao ato ilícito que lhe está sendo imputado. É necessário que descreva, de forma direta e objetiva, a ação ou omissão do paciente.

5 CONCLUSÕES

A denúncia genérica viola princípios constitucionais penais essenciais ao bom funcionamento de um Estado Democrático de Direito. Também viola a literalidade do art. 41 do Código de Processo Penal, dispositivo que contém os requisitos de admissibilidade da denúncia. Ademais, essa forma acusatória suscita a vedada responsabilidade penal objetiva, uma vez que ser sócio ou administrador da pessoa jurídica não é fato, em si mesmo, reprovável. Por isso, a demonstração da culpabilidade é imprescindível. O acusador, portanto, deve demonstrar a conduta

¹¹ Julgados analisados: RHC 4828/SP – 1995; HC 56.955/SP – 2006; HC 224.728-PE – 2014 (Informativo Jurisprudencial nº. 543).

¹² Julgados analisados: HC 83.369-03/RS; HC 93.683-08/ES; HC 136.250-17/PE.

reprovável do ponto de vista penal, em conformidade com o art. 41 do Código de Processo Penal e com a Constituição Federal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BECK, Ulrich. **Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade**. São Paulo: Ed. 34, 2011.

BECK, Ulrich. **O que é globalização? Equívocos do globalismo, respostas à globalização**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1999.

DE GRANDIS, Rodrigo. A responsabilidade penal dos dirigentes nos delitos empresariais. In: **Inovações no direito penal econômico: contribuições criminológicas, político-criminais e dogmáticas** / Organizador: Artur de Brito Gueiros Souza – Brasília: Escola Superior do Ministério Público da União, 2011.

OLIVEIRA, William T. [et al] (orgs.). **Direito Penal Econômico: Estudos em homenagem aos 75 anos do Professor Klaus Tiedemann**. São Paulo: LiberArs, 2013.

SILVA SÁNCHEZ, Jesús-Maria. **A expansão do Direito Penal. Aspectos da política criminal nas sociedades pós-industriais**. 3ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

SILVEIRA, Renato de Mello Jorge; SAAD-DINIZ, Eduardo. **Compliance, Direito Penal e lei anticorrupção**. 1. ed. São Paulo: Saraiva

TIEDEMANN, Klaus. **Manual de Derecho penal económico**. Parte General y Especial. Valência: Editorial Tirant Lo Blanch, 2010.